RECURSO EXTRAORDINÁRIO 824.709 MARANHÃO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : JOSÉ RIBAMAR PEREIRA FALCÃO
ADV.(A/S) : CARLOS RANGEL BANDEIRA BARROS E
OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S/A
ADV.(A/S) : RÉGIS GONDIM PEIXOTO
ADV.(A/S) : FÁBIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHREK E
OUTRO(A/S)

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E
PROCESSUAL CIVIL. DPVAT.
NECESSIDADE DE PRÉVIO
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.
INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE
AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO
GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO
STF NO RE 631.240-RG.**

**1. O estabelecimento de condições para o
exercício do direito de ação é compatível
com o princípio do livre acesso ao Poder
Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da
Constituição Federal, conforme firmado
pelo Plenário da Corte no julgamento de
repercussão geral reconhecida nos autos do
RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.**

**2. A ameaça ou lesão a direito aptas a
ensejar a necessidade de manifestação
judiciária do Estado só se caracteriza após o
prévio requerimento administrativo, o qual
não se confunde com o esgotamento das
instâncias administrativas.**

**3. In casu, o acórdão recorrido assentou:
"RECURSO INOMINADO. SEGURO**

RE 824709 / MA

DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTES. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. CARÊNCIA DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO PROCESSUAL SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE [...]”.

4. Recurso DESPROVIDO.

DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário interposto por JOSÉ RIBAMAR PEREIRA FALCÃO, com fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, em parte assim fundamentado:

”RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTES. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. CARÊNCIA DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO PROCESSUAL SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE [...]”.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do apelo extremo sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.

O Tribunal *a quo* admitiu o recurso extraordinário.

É o relatório. **DECIDO.**

Não merece prosperar o recurso.

O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento

RE 824709 / MA

das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03.09.14, conforme se pode destacar do seguinte trecho da manifestação do referido julgado:

“A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo.”

Ex positis, **DESPROVEJO** o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2014.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente